

# **PROGRESSÃO CONTINUADA: RESULTADOS E DISTORÇÕES NA SUA APLICAÇÃO**

**Marlene Lopes de Souza<sup>1</sup>; Nisrine Hani Berri<sup>2</sup>; Edna A. Mercado<sup>3</sup>**

Estudante do Curso de Pedagogia; e-mail: marlenels@msn.com<sup>1</sup>

Estudante do Curso de Pedagogia; e-mail: husseinnisrine@hotmail.com<sup>2</sup>

Professora da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: mercadoedna@ig.com.br<sup>3</sup>

**Área do Conhecimento: Ciências Humanas**

**Palavras-Chave: Progressão Continuada; Política Educacional; Educação**

## **INTRODUÇÃO**

Para superar os grandes problemas sociais que colocam boa parte de nossa população na linha da pobreza, a educação tem sido apresentada nos discursos e projetos de políticos e educadores como o instrumento mais eficiente para promover as condições de cidadania e democracia que esta sociedade ainda não lhes possibilitou. Assim, tem-se desenvolvido propostas que falam de inclusão e democratização do ensino que, na prática, não conseguem efetivar aquilo a que vieram atender (BARRETO & MITRULLIS, 2002). Um exemplo disso pode ser constatado com o sistema de ensino implantado em São Paulo e em outros Estados brasileiros: a Progressão Continuada.

## **OBJETIVOS**

A partir destas constatações, pretendeu-se investigar a implantação do sistema de progressão continuada no ensino paulista, avaliando a qualidade dos resultados que ele vem apresentando, a partir do discurso que o efetivou.

## **METODOLOGIA**

Analisamos fontes bibliográficas que discutem a problemática da progressão continuada, bem como, fontes documentais que evidenciam a legalização e implantação desse sistema em São Paulo. Esses dados foram discutidos numa perspectiva histórico-política, com vistas a compreensão do sistema de progressão continuada, implantado na educação de São Paulo, apontando para as dificuldades que vem apresentando em efetivar a universalização e democratização do ensino público básico e, neste contexto, as reações expressas pelo poder público constituído.

Buscamos, assim, construir uma epistemologia, no sentido de diagnosticar o distanciamento entre a ideologia da progressão continuada, legitimada pelos órgãos públicos e sua execução prática no cotidiano das escolas públicas paulistas.

Para tanto, dividimos esta análise em três momentos principais. No primeiro, levantamos as necessidades históricas que conduziram à implantação da progressão continuada no Estado de São Paulo e as condições em que se efetivou. Num segundo momento, apresentamos as análises e críticas que vem sendo feitas à progressão continuada, por diversos setores da sociedade, denunciando os resultados e distorções na sua aplicação. E para finalizar,

---

<sup>1</sup> Estudante do Curso de Pedagogia da Universidade Mogi das Cruzes; e-mail: marlenels@msn.com

<sup>2</sup> Estudante do Curso de Pedagogia da Universidade Mogi das Cruzes; e-mail: husseinnisrine@hotmail.com

<sup>3</sup> Professora da Universidade de Mogi das Cruzes – Campus Lapa; e-mail: mercadoedna@ig.com.br

mostramos a posição assumida pelo poder público, no concernente ao distanciamento entre as leis e normas que efetivaram o processo, e os resultados que vem apresentando.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Objetivando conhecer a concepção de implantação do sistema de progressão continuada no ensino paulista e averiguar os resultados obtidos em sua educação, constatamos a falta de coerência entre a proposta teórica contida nos discursos dos setores públicos, assim como na legislação que o legitimou, e a prática estabelecida, que a nosso ver não tem promovido um real processo de democratização do ensino.

Com a progressão continuada buscou-se combater a evasão e repetência, problemas crônicos do sistema educacional brasileiro, assim como, possibilitar a ampliação de acesso e permanência de crianças e jovens na escola pública, lutando contra o caráter excludente e seletivo da educação nacional. Para concretizar tais propósitos, este sistema objetivou: “a) adequar o currículo da escola às características dos alunos que a freqüentam e, b) garantir um ensino mais significativo, adaptando-o às exigências e demandas da sociedade em que a escola está inserida, possibilitando assim uma aprendizagem efetiva...” (NORONHA, 2002, p.93).

No entanto, de um processo cujo propósito é o de combinar “a necessária universalização do atendimento à demanda escolar, em todos níveis, com o oferecimento de um ensino de qualidade, com equidade, para todos os alunos das escolas públicas” (Ibidem, p.94), a progressão continuada transformou-se em alvo de sérias críticas dos setores da sociedade atingidos pelo ensino público. É que, da forma como esse sistema vem sendo realizado, tem resultado em “aprovação automática” de alunos, cuja promoção para ciclos seguintes não resulta em domínio dos conteúdos ministrados, não lhes assegurando “o direito de acesso ao conhecimento historicamente acumulado e o instrumental necessário ao sucesso escolar e a seu progresso profissional e social” (Ibidem, p.97). Logo, para alguns educadores e pesquisadores da educação (FUSARI, 2001; BARRETO & MITRULIS, 2002; NORONHA, 2002), esse processo tem sido entendido como um refinamento da exclusão.

Assim, ao analisarmos as reais condições de ensino da Rede Pública Estadual, tem-se notado uma grande insatisfação com os resultados obtidos com a progressão Continuada, em funcionamento em São Paulo, quer pelos profissionais da educação, quer pelos pais. Tais aspectos podem ser confirmados numa pesquisa desenvolvida pela APEOESP em outubro de 2000, com a participação de 10.027 professores, que questionou a respeito da reforma educacional e das inovações pedagógicas que têm sido introduzidas na Rede Estadual de Ensino nos últimos anos. Para 81% destes professores “os ciclos não ajudaram a melhorar as condições de ensino aprendizagem” (FUSARI e outros, 2001, p.19). Ainda, 89,9% acredita que o processo não está favorecendo o aumento do rendimento escolar, e 87,3% vai mais longe, afirmando que nem mesmo é capaz de melhorar a aprendizagem dos alunos com maiores dificuldades escolares. Índices ainda mais preocupantes são mostrados por esta pesquisa, ao apontar situações como: interesse dos alunos, indisciplina, insatisfação da família com a escola, a falta de acesso dos alunos aos conhecimentos e à cultura como instrumentos de inserção social, a superlotação das salas de aula, enfim, a falta de condições de trabalho condizentes com as necessidades do processo instalado. Neste sentido,

“93,3% das respostas afirmam que a inexistência de reprovação entre as séries está gerando um maior desinteresse dos alunos pelos conteúdos ensinados; 95,5% afirmam que essa medida está gerando problemas de indisciplina; 89,9% alegam existir uma insatisfação dos pais quanto ao aproveitamento escolar dos filhos e, 91,9%, a quase totalidade das opiniões, indicam que a promoção automática está permitindo que os alunos progridam de uma série a outra sem terem, no entanto, se apropriado dos conteúdos fundamentais” (FUSARI, 2001, p.19).

Nesse contexto, os professores mostram-se insatisfeitos, já que se consideram excluídos da “(...) possibilidade de participar da discussão e implementação desta política educacional

(...)” (VIÉGAS, 2002, p.81), bem como, ressentem-se da falta de apoio e suporte à escola e ao corpo docente, para respaldá-los em suas dúvidas junto àqueles alunos desinteressados ou com dificuldades. Tais condições conduzem ao distanciamento entre o discurso oficial e a realidade escolar, no interior dessa política (cf. Ibidem).

## CONCLUSÕES

O que nos parece claro é que, se ao flexibilizar a organização de turmas e séries a LDB ofereceu estrutura para ampliação do número de vagas, ao possibilitar a implantação de sistemas como o da Progressão Continuada, não proporcionou condições para legitimar a finalidade que apresenta para o ensino básico. Daí a necessidade de questionarmos a manutenção do sistema de ciclos pelo Estado de São Paulo, que concentra a maior população escolar do país, num momento em que constatamos grande distanciamento entre a proposta e a legislação que a embasa; os discursos proferidos por representantes do poder público, e a realidade educacional manifestada pelos principais agentes do processo educacional: professores, profissionais da educação em geral, alunos e pais, como demonstrou os dados ora apresentados.

Faz-se, portanto, necessário pensarmos a qualidade do ensino oferecido neste contexto, bem como as conseqüências sociais, acarretadas por um processo que se apresenta distante dos ideais contidos nos discursos oficiais, em relação ao resultado real obtido no cotidiano das instituições escolares.

Constatamos assim que, a flexibilização e organização de turmas e séries trazidas pela Progressão Continuada, em concordância com a LDB, deve vir seguida por uma política educacional capaz de valorizar o conhecimento, de modo a torná-lo significativo de acordo com as demandas e exigências da sociedade, tornando mais efetiva a aprendizagem. Também, faz-se necessário, a participação ativa dos professores na elaboração e execução das práticas implementadas, oferecendo-lhes capacitação e poder de decisão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Izabel de. Os professores diante das mudanças educacionais. In: BICUDO & SILVA JR. **Formação do educador e avaliação educacional: organização da escola e do trabalho pedagógico**. São Paulo : Ed. UNESP, 1999, p. 249-262.

APEOESP, As inovações introduzidas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Cadernos de Formação nº 5**. São Paulo, 20 p., 1997, (mimeogr.).

BARRETO, Elba Siqueira de Sá (coord.). Propostas Curriculares Oficiais. In: **Textos**, FCC, São Paulo, 1995, p.14.

BARRETO, E. S. de S.; MITRULIS, E. Trajetória e desafios dos ciclos escolares no país. In: **Progressão Continuada: Compromisso com a aprendizagem**. São Paulo: FDE, 2002.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, PARECER CEE Nº 8/97. “Regime de Progressão Continuada”. **Legislação do Ensino Fundamental e Médio**. 1997<sup>a</sup>

VIÉGAS, Lygia de Sousa. **Progressão Continuada e suas repercussões na escola pública paulista: concepções de educadores**. São Paulo. 2002. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.